Segmento: PUCRS

10/06/2017 | Correio do Povo | Caderno de Sábado | 5

Moralidade em tempos líquidos

Professor universitário faz uma análise sobre algumas questões morais a partir de digressão histórica

Ignácio de Loyola Brandão usou a expressão “Não verás país nenhum” para, indiretamente, responder a Stefan Zweig, que falara do Brasil como o “país do futuro”. Talvez não seja o caso, haja exagero. Somos muitos a pensar que, na vida, só importam os negócios e negociatas. Nesse sentido, estão, por certo, abertas imensas possibilidades à nossa nação. Quem quer que se preocupe seriamente com moralidade pública e virtude cívica terá, contudo, motivos para dar razão ao romancista brasileiro: não há futuro promissor à vista.

Sabe-se pela história que a ética é um invento cuja prática varia, e o sentido é, em geral, visto de modo contraditório. As sociedades e os homens revelam distintas atitudes morais, às vezes capazes de marcar uma época. Lembra Kant, por exemplo, que a Revolução Francesa despertou entusiasmo entre os que, em seu tempo, sonhavam com o fim do despotismo. No Brasil, ocorreu de o escândalo da imoralidade pública, que inclui muito da miséria, da estupidez e da violência reinantes, há bom tempo ter se tornado motivo de luto permanente entre as pessoas possuidoras da respectiva consciência.

Capítulo à parte , a corrupção, via as revelações da chamada Lava Jato, ultrapassou a condição de costume tolerado para catapultar-se muito rápido a de agenda masoquista de todo um povo, teste de resistência psíquica da nossa capacidade de conviver com uma podridão política e empresarial cuja existência jamais foi motivo de dúvida por quem sabe alguma coisa a respeito do Brasil. Pois se é verdade que por via da operação e os correspondentes processos judiciais, uma vez mais, se está passando o país a limpo, como mecânica e infantilmente se repete, atravessa a consciência social e, portanto, a atmosfera midiática o sentimento de que, no final das contas, o processo não vai dar em nada.

Em resumo, poucos serão condenados; os que forem, o serão de modo anódino; e os que cumprirem pena não ficarão muito tempo encarcerados, para o alcance dos crimes que cometeram. Exceto a turma do andar de baixo, os figurões seguirão suas vidas em alto astral. E pode ser mesmo que ainda tenham chance de voltar aos postos e cargos com que se locupletaram. Perspectiva só se entrevê em meio a apocalipse de futuro distante, após federações político-criminosas, empregando a força armada, terem se apoderado da riqueza pública e destruído todas as instituições do país. Sente-se entre nós que, há muito, se dia de auge teve, a moralidade pública foi ultrapassada pela ganância privada e a corrupção político-governamental; não é líquida, nem gasosa - se encontra putrefata.

Nietzsche distinguiu entre moralidade dos costumes e moralidade dos valores. Para ele, a criação da civilização se baseia na primeira. Desenvolve-se com base no castigo e disciplina do corpo. A segunda é muito tardia, adquire relevância com o cristianismo e triunfa secularmente com a democracia. Caracteriza-se por fazer apelo ao bem, supostamente sabido e desejado por todos. A primeira nos ensinaria a obedecer, e isso a nós mesmos para começar. A segunda pretende que podemos educar nossa liberdade de acordo com valores superiores e um bem comum.

A modernidade, época desta segunda, é algo que, para o pensador, deve ser superado, na medida em que se revela história de gigantesco fracasso. O sentido que a definiria como época moral seria, em tese, altruísta. Acontece que, na prática, a modernidade liberou e promoveu o egoísmo rasteiro, movido pelo interesse pecuniário e hedonismo barato, incapaz de nos oferecer a criatividade artística e, muito menos, a nobreza de atitudes que o filósofo julgava necessárias para justificar a existência da humanidade.

Partir daí para pensar nossa moralidade seria perguntar se ela não é própria de nação que, ao contrário do percurso seguido alhures, ingressou no último registro citado, sem ter percorrido o processo que, lá, nem que fosse no passado, moralizou as gentes através do emprego no trabalho produtivo, do disciplinamento escolar em massa, e do conflito político mediado pela razão pública – antes de lhes entregar ao que alguns chamam de desordem moral pós-moderna.

A Europa teve de passar por século e meio de guerras religiosas para desenvolver o espírito de tolerância. A Alemanha e o Japão só baixaram a crista e puseram de lado seu complexo de superioridade após a catástrofe sofrida na II Guerra. No Brasil, vingou desde o início o espírito cordial e a prática do jeitinho. A vontade de poder encontrou pouca resistência, tomando conta sem exigir disciplina ou calcular punições. A atividade econômica passou a se pautar pela rapina. A paixão pelo estudo e a vontade de conhecimento jamais se desenvolveram. As lutas populares não encontraram ressonância em setores educados capazes de lhes dar direção emancipatória.

Resulta disso tudo que, hoje, não se vê avanço possível para o pouco que se conseguiu em termos de moralidade pública e consciência cívica, porque, estejamos certos, nenhuma solução advirá do discurso indignado contra a ladroeira discurso este que, entre nós, tantos tolos entendem como sinônimos de moralidade. A gritaria desesperada contra o político corrupto, que só excepcionalmente tem a ver com o sentimento de justa indignação, via de regra é a catarse grosseira que não leva a nada e, agora, mal encobre um exibicionista barato fetichizado pelo embalo das redes sociais.

Valeria a pena lembrar que o moralismo, quando escapa à hipocrisia, nasce da frustração e, sim, eventualmente se move pelo desejo de justiça – mas inevitavelmente se esgota em si mesmo. Em geral, fornece combustível ou serve à causa dos canalhas. Pregação moral ou doutrinação ética nenhuma tem o poder de alterar o costume enraizado no modo de vida e estimulado pelas instituições estabelecidas. Histeria é sinal de desejo impotente: o que nos faz falta não é vergonha na cara (“ética”, como se diz entre os bem-pensantes), mas um sistema que previna as ações indesejáveis e, sobretudo, castigue dura e impiedosamente os malfeitores.

Exceto ingênuos e despreparados creem piamente que a origem da corrução reside na safadeza individual, e que a saída para o problema da corrupção está em trocar as pessoas, escolher a certa; ou, ainda, que sua solução começa em cada um de nós, visto que agindo bem e dando bom exemplo ficaremos livres desta chaga – ninguém avança em coisa alguma com simplorismos de campanha de publicidade. Semiletrados, afetivos e boçais, é enorme problema nosso que sigamos acreditando em pessoas, na figura mítica do bom chefe de família, que virá pôr ordem na casa, pilhada pelos parentes mais espertos que, perversamente, todavia nos servem de exemplo e, enquanto o patriarca providencial não chega, sempre estão prontos a nos dar acolhida e nos empregar em suas/nossas jogadas. Exasperante é que sejam muito raros e carentes de articulação os capazes de desenvolver mecanismos de controle público do estado transparentes e eficazes; de incentivar e premiar a educação transformadora do indivíduo massificado; de castigar objetiva e impiedosamente a delinquência destruidora da sociabilidade; de criar instituições capazes de prevenir a ação dos patifes e ajudar a promover o bem comum ao alcance de nossos meios materiais.

Por isso, a sensação que fica é a de que, no íntimo, curtimos a exposição midiática da podridão do mundo político, o acompanhamento masoquista de um espetáculo de mau gosto que, como festa pobre, terminará por ensejar cansaço, na medida em que, em meio ao vai e vem das notícias de delação e falcatruas, também deixa ver que a maior parte dos bandidos seguirá livre para desfrutar o que não devolveu ao Tesouro Nacional. Os fatos se impõem. O nojo com tanto é desgosto de uma minoria. Aos poucos fica claro ao cidadão interessado o que os simples de coração intuem no chão da vida cotidiana: os mecanismos judiciais atualmente existentes, influídos até a raiz pela complacência perversa para com a criminalidade inerente ao espírito nacional, são incapazes de mudar o país, funcionando como pretextos para rituais midiáticos que servem de circo com que um povo carente de formação cidadã procede à expiação de seu fracasso como verdadeira sociedade.

Ao brasileiro conviria entender que povo bom, por si só, não faz um país, assim como trabalho duro não agrega mais valor numa economia na qual a principal mercadoria passou a ser o conhecimento. A explicação para nossos males não está em nossa falta de moralidade, mas na história da qual esta falta é parte menor. O que nos faz falta não é gente honesta, mas pessoas com interesse, inteligência e meios para criar mecanismos institucionais visando impedir que a classe política e as oligarquias empresariais sigam, de forma grotesca, saqueando o país. Você duvida? Olhe em sua volta.

FRANCISCO RÜDIGER*
* Professor universitário. Programa de Pós-Graduação da PUCRS e da Ufrgs